



**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2019**  
**(Do Sr. Kim Kataguiri)**

Solicita ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, informações sobre empreendimentos paralisados ou não iniciados por motivos relacionados a licenciamento ambiental.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º da Constituição Federal de 1998, e no art. 115, inciso I do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Sr. Ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, pedido de informação referente a empreendimentos paralisados ou não iniciados por motivos relacionados a licenciamento ambiental sob gestão daquele órgão, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- 1- A quantidade total e a listagem de todos os empreendimentos sob responsabilidade do Ministério de Minas e Energia – sejam eles em caráter de execução direta, concessão ou outra modalidade de execução – cujas execução esteja suspensa por motivos relacionados a licenciamento ambiental, como, por exemplo: suspensão de licença por órgão ambiental, paralização por ação judicial relativa ao descumprimento da legislação ambiental, entre outros. A listagem deve incluir, também, as datas em que cada empreendimento foi paralisado.

**JUSTIFICAÇÃO**

Tramita nesta Casa, há mais de quinze anos, o Projeto de Lei nº 3.729/2004,



que visa estabelecer uma Lei Geral do Licenciamento Ambiental. É inegável o papel determinante do licenciamento ambiental para o desenvolvimento sustentável, mas as ineficiências existentes nesse processo têm sido apontadas por muitos como um dos maiores entraves para o crescimento do país.

A solução desse problema passa, sem sombra de dúvidas, pela construção de uma Lei Geral do Licenciamento Ambiental equilibrada. A legislação atual é formada por um emaranhado de normas infra legais, o que acarreta em enormes custos de conformidade e grande insegurança jurídica. As consequências disso, todos conhecemos: obras paralisadas, empreendimentos que não saem do papel, investimentos não realizados, baixa qualidade nos serviços públicos e baixo crescimento econômico. É, portanto, uma situação que não pode mais ser ignorada, motivo pelo qual essa é hoje uma das pautas prioritárias do Congresso Nacional.

Por outro lado, para que possamos construir uma legislação que represente um avanço real no processo de licenciamento ambiental, é necessário, antes, entender bem o problema que estamos enfrentando, qual a sua dimensão e onde estão os maiores gargalos.

Nesse sentido, tendo em vista o papel de relevância reservado ao Ministério de Minas e Energia na gestão de empreendimentos estratégicos para o país, solicito que sejam prestadas pelo órgão as informações solicitadas. Informo, ainda, que protocolei solicitações de envio de requerimentos similares aos Ministérios do Desenvolvimento Regional, da Infraestrutura e do Meio Ambiente.

Sala das Sessões, em                      de                      de 2019.



**CAMARA DOS DEPUTADOS**

**DEP. KIM KATAGUIRI**

**Democratas/SP**

Apresentação: 28/08/2019 16:33

**RIC n.1140/2019**